

Uma experiência didática em Educação Financeira Crítica

Paulo Jorge Magalhães Teixeira
Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
paulojorge@id.uff.br

Resumo

Este trabalho apresenta conhecimentos, orientações e informações acerca de uma experiência didática que foi desenvolvida com dezoito alunos da 2ª Série do Ensino Médio de uma instituição da Rede Federal de Ensino Básico, localizada na Cidade do Rio de Janeiro. Os propósitos para o desenvolvimento das atividades foram os de apresentar, explorar e aprofundar conceitos e recomendações presentes em conteúdos próprios à temática Educação Financeira. Os alunos foram distribuídos em grupos de até quatro, conforme afinidades pessoais, sem interferência do professor. As questões que serviram de base para desencadear reflexões pessoais, coletivas e as discussões (que se seguiram nos grupos menores e na turma como um todo) foram propostas por meio de textos que foram escritos em dez tiras de papel (uma questão por tira). Elas tiveram o propósito de oportunizar que os alunos se apropriassem de recomendações, considerações e conceitos e, também, de permitir que eles avaliassem crenças e concepções concernentes à temática, possivelmente oriundas de experiências pessoais e/ou familiares. A experiência didática constituiu-se de parte importante, necessária e essencial de um repertório de orientações econômicas e financeiras que visam apresentar razões que justificam o desenvolvimento de estudos acerca de conceitos concernentes à temática Matemática Financeira, mas não apenas a isso como também tem o propósito de contribuir para a formação de valores da cidadania e fomentar reflexões e análises críticas. Quanto à fundamentação teórica, no que refere à escolha metodológica, vale-mo-nos de conceitos próprios de práticas reflexivas defendidos por Zeichner (2008).

Palavras-chave: Matemática Financeira. Educação Financeira. Educação Matemática. Ensino de Matemática.

Abstract

This paper presents knowledges, guidances and informations about a learning experience that has been developed with eighteen students of the 2nd high school series of an institution of the Federal Network of Basic Education, located in the city of Rio de Janeiro. The purposes for the development of the activities were to present, explore and develop concepts and recommendations present in the own theme Financial Education. Students were divided into groups of up to four students each, according to personal affinities, without interference from the teacher. The issues that were the basis for triggering personal reflections, collective and discussions (which followed in smaller groups and the class as a whole) have been proposed through texts that were written in ten strips of paper (one question per strip). They had intended to create opportunities to the students to appropriate recommendations, considerations and concepts and, also, allowing them to evaluate beliefs and conceptions concerning the subject, possibly coming from personal and/or family experiences. The didactic experience consisted of important part, necessary and essential to a repertoire of economic and financial guidelines to provide reasons for the development of studies on concepts concerning the theme Financial Mathematics, but not only that but also has the purpose to contribute to the formation of citizenship values and encourage reflection and critical analysis. As for the theoretical foundation, in terms of methodological choice, we make use of own concepts of reflexive practices advocated by Zeichner (2008).

Keywords: Financial Mathematics. Financial Education. Mathematics Education. Mathematics Teaching.

1. Introdução

Diferentemente das orientações curriculares prescritas para o ensino de Matemática Financeira no Ensino Médio, é oportuno discutir alguns aspectos pertinentes à Educação Financeira com os alunos, uma vez que eles não apenas se configuram como elementos motivadores para o enfrentamento das compras no comércio em geral, feitas no dia a dia, mas se prestam a justificar razões para que aqueles conteúdos sejam desenvolvidos logo em seguida.

O objetivo deste trabalho é o de relatar uma experiência didático-pedagógica que foi desenvolvida com um grupo de dezoito alunos da 2ª Série do Ensino Médio de uma instituição pertencente à Rede Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Foram propostas reflexões e discussões acerca de alguns aspectos da Educação Financeira – do cotidiano dos alunos e suas famílias ou não. A escolha metodológica para os alunos refletirem e discutirem acerca da temática está em consonância com o entendimento acerca do papel educativo reservado à escola, com vistas a atingir propósitos formativos conceituais e de cidadania.

Por conta da busca de atingir esses objetivos, a escola deve empenhar-se para ser um espaço vivo no qual deve oportunizar momentos de reflexões pessoais, coletivas e o desenvolvimento de saberes e de conhecimentos. Destarte, realçamos a importância de o professor desenvolver com os alunos ideias próprias relacionadas à Educação Financeira por meio da proposição de questões acerca de situações reais que ocorrem nas compras feitas no comércio em geral, no dia a dia, bem como em situações que podem estar presentes no universo financeiro de suas famílias.

Sobre essa questão, os autores da proposta de elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de Matemática, em Brasil (2016), já se manifestam em relação aos anos escolares iniciais em que a temática deve começar a ser abordada na escola, conforme os objetivos iniciais de ensino: com alunos, a partir do 3º Ano do Ensino Fundamental.

Em linhas gerais, as atividades de Educação Financeira que foram desenvolvidas e são objeto deste trabalho estão alinhadas com a posição dos autores dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em Brasil (1999), conforme o texto a seguir:

Em um mundo onde as necessidades sociais, culturais e profissionais ganham novos contornos, todas as áreas requerem alguma competência em Matemática e a possibilidade de compreender conceitos e procedimentos matemáticos é necessária tanto para tirar conclusões e fazer argumentações, quanto para o cidadão agir como consumidor prudente ou tomar decisões em sua vida pessoal e profissional (BRASIL, 1999, p. 81-82).

Em prosseguimento ao trabalho desenvolvido por meio das questões e conteúdos de Educação Financeira, os alunos foram motivados a refletir, discutir e socializar entre si a resolução de alguns problemas que versavam sobre o cálculo do valor da prestação e da taxa dos juros cobrados em financiamentos e compras de longo prazo anunciados em prospectos do comércio na

cidade, por meio da construção de planilhas eletrônicas com o auxílio do Software Excel. Mas, tais questões não são objeto deste trabalho.

2. Referencial teórico

Quanto à fundamentação teórica que orientou o desenvolvimento das atividades, aproximamo-nos de questões presentes em formações de professores reflexivos defendidas por Zeichner (2008) e transferíveis, com adaptações, para um ambiente escolar de estudo e de aprendizagem em que inovações pedagógicas e metodológicas estavam sendo encaminhadas pelo autor – apenas com respeito à apresentação e ao desenvolvimento das considerações, orientações e conteúdos da temática.

A partir dos anos 80, a denominação de “*professor reflexivo*” propagou-se na esfera educacional sob a influência da teoria de Donald Schön (1983) e os trabalhos de K. M. Zeichner (2008).

Assim, a experiência didática objeto deste trabalho considerou a prática reflexiva do autor no que concerne à reflexão sobre as ações a desenvolver e nas reflexões acerca da prática docente durante as ações que encaminharam todo o desenvolvimento das atividades.

Quanto a essas questões, assim se refere Schön (1983):

A prática profissional reflexiva de um professor é constituída de momentos durante os quais ele constrói seus conhecimentos, ou seja, ela pressupõe a necessidade de se reconhecer, do conhecimento na ação e do conhecimento na experiência como componentes dessa prática reflexiva, que considera, por sua vez, três dimensões ao longo das reflexões: reflexão na ação, reflexão sobre a ação e reflexão sobre a reflexão na ação (SCHÖN, 1983, p. 123).

Ademais, Zeichner (2008) reforça o papel docente ativo do professor, como a seguir:

O movimento da prática reflexiva envolve, à primeira vista, o reconhecimento de que os professores devem exercer, juntamente com outras pessoas, um papel ativo na formulação dos propósitos e finalidades de seu trabalho e de que devem assumir funções de liderança nas reformas escolares. A “reflexão” também significa que a produção de conhecimentos novos sobre ensino não é papel exclusivo das universidades e o reconhecimento de que os professores também têm teorias que podem contribuir para o desenvolvimento para um conhecimento de base comum sobre boas práticas de ensino (Cochran-Smith & Lytle, 1993). O conceito do professor como um profissional reflexivo parece reconhecer a expertise que existe nas práticas de bons professores, o que Schön denominou de “conhecimento-na-ação”. Da perspectiva do professor, isso significa que o processo de compreensão e de melhoria de seu próprio ensino deve começar da reflexão sobre sua própria experiência e que o tipo de saber advindo unicamente da experiência de outras pessoas é insuficiente (ZEICHNER, 2008, p.539).

O ensinar, na perspectiva de Freire (2013), exige do professor o pensar certo para desenvolver a sua prática docente, conforme a seguir:

Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando, cuja “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente (FREIRE, 2013, p. 31).

No que concerne ao ensinar com respeito aos saberes que os alunos trazem para a escola, Freire (2013) assim se manifesta:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2013, p. 31).

Quanto às orientações curriculares no que se refere ao desenvolvimento de conteúdos de Educação Financeira elas não contemplam, ainda, tratar de questões concernentes à temática ao longo da Educação Básica, mas já figuram como sugestões na BNCC, presentes em Brasil (2016), em tramitação para avaliação no momento em que esse texto foi escrito.

No tocante à questão de gestão de finanças pessoais, há materiais instrucionais relativos à educação financeira que tratam de orientações para o cidadão, tais como: Zaremba (1997), BCB (2013), Calhau (2015) e CEF (2015), e conteúdos de Matemática Financeira e de Educação Financeira, como o livro de Teixeira (2016).

3. Metodologia

Os alunos foram divididos em 6 (seis) grupos, com 3 (três) alunos cada, conforme decisões que consideraram as afinidades entre eles. O professor propôs um total de dez sugestões e orientações que foram escritas em tiras de papel, uma em cada tira, e distribuídas aos alunos. Por sua vez, essas orientações também estão presentes em Teixeira (2016), com pequenas alterações nos textos.

Foi distribuída uma tira por vez, para cada um dos grupos formados com o propósito de permitir, de início, que os alunos refletissem e discutissem entre si acerca das considerações. Neste momento, cada aluno escreveu sua posição pessoal em relação ao conteúdo de cada tira e a entregou ao professor. Em seguida, os integrantes de cada grupo discutiram entre si com o propósito de consolidar a posição do grupo para as discussões com toda a turma. Depois, na turma como um todo, o professor mediou discussões travadas após as falas dos representantes de cada um dos grupos – apenas fazendo intervenções para propor encaminhamentos quando necessário e para finalizar cada tema em debate, propondo um novo. Todas essas atividades foram desenvolvidas em três aulas de 45 minutos cada.

À medida que as discussões objeto de cada tira houvessem sido esgotadas nas discussões, um representante de um dos grupos recolhia os registros das questões discutidas e anotadas pelos membros dos grupos com o objetivo de transcrevê-las e formatá-las em um único texto final. Em seguida, uma nova tira com uma nova questão era distribuída para os grupos. As anotações das proposições e intervenções dos membros dos grupos foram compiladas em um texto completo final, formatado por um dos alunos e encaminhado para os respectivos endereços eletrônicos de todos os alunos e o professor. Tomando por base o texto completo que foi compilado das falas e

discussões feitas pelos alunos, o professor aprofundou os conteúdos das questões com os alunos nas duas aulas seguintes. Essas questões, indicadas como “*considerações pós-discussão*”, estão apresentadas a seguir, na seção 5, logo após os respectivos enunciados.

4. Problemática desenvolvida

A problematização associada a um universo de conteúdos tem o propósito de orientar o trabalho docente de cada professor e deve estar presente durante o processo de aprendizagem dos alunos de maneira contínua e recorrente, uma vez que eles precisam de incentivos para desenvolver estratégias diversificadas e significativas à luz dos conhecimentos desenvolvidos.

Estas, por sua vez, são aplicáveis não apenas durante a resolução de problemas escolares, mas permitem que o aluno, em situações similares, também as encaminhe por meio de reflexões e discussões familiares (TEIXEIRA, 2012).

Para que os alunos se apropriem de tais conhecimentos é fundamental, antes de tudo, que eles compreendam os conceitos e os procedimentos necessários à resolução de problemas, desde a leitura e a análise cuidadosa do enunciado do problema até a elaboração de estratégias, procedimentos de resolução e a construção de textos por meio de justificativas consistentes. O universo dessas possibilidades deve ser construído pelo próprio estudante, e contar com a mediação do professor para aprimorá-lo e ampliá-lo (TEIXEIRA, 2012).

Tais procedimentos podem envolver tentativas, simulações e o levantamento de hipóteses – possíveis à medida que o professor oportuniza situações didáticas nas quais o aluno precisa ler, refletir, discutir, comparar resultados e opiniões com as de seus colegas, e validar procedimentos e resultados à luz de discussões com os colegas, de modo a confirmar ou não a validade acerca do que se propôs a confrontar (TEIXEIRA, 2012).

Antes de preparar e desenvolver as atividades objeto desta experiência didática, o autor perguntou a si mesmo: “*Será que os alunos ou alguém da sua família anotam as despesas pessoais e/ou de toda a família com o objetivo de servir para orientar a todos para o fato de que gastar mais do que se ganha é sinônimo de problema presente ou futuro?*”, “*Será que os alunos percebem que essa simples ação (anotar compromissos financeiros) facilita o controle das despesas e possibilita manter os pagamentos das contas/despesas em dia?*”.

Foram estes os motes que motivaram a problematizar e desenvolver a experiência didática por meio de questões próprias de uma Educação Financeira Crítica. Assim, as reflexões e discussões tiveram o propósito de alertar e orientar os estudantes para as situações financeiras que rondam o cotidiano de cada um deles e de suas famílias.

Tomando por base as orientações metodológicas escolhidas, priorizou-se valorizar a construção de argumentos consistentes (utilizados pelo aluno em resposta à cada questão proposta) feitos à luz da apropriação de ideias, conceitos e conhecimentos, em lugar de voltar o olhar para as opiniões pessoais e as respostas em si, quando cabiam.

O autor credita o incentivo às argumentações e justificativas que devem ser apresentadas pelo aluno como um valioso e indispensável instrumento de ensino, uma vez que a proposta didática que foi desenvolvida vai ao encontro de uma aprendizagem crítica e efetiva dos conceitos, ideias, fundamentos e procedimentos acerca da temática.

Portanto, as orientações didáticas objeto desta experiência didática são integrantes de parte de um universo abrangente e diversificado, constituído de ações e concepções de ensino e aprendizagem que têm o propósito de valorizar a construção de conhecimentos quando esses se originam de reflexões pessoais e coletivas realizadas após a leitura de resultados de pesquisas, textos de opinião e os textos presentes em livros didáticos.

5. Educação Financeira

As questões e considerações que foram propostas para reflexões e discussões nas tiras de papel podem, igualmente, ajudar cidadãos a manter suas contas em dia, levando em conta o orçamento familiar e as expectativas pessoais de cada um de seus membros. Em particular, servem de parâmetro para os alunos promoverem discussões similares com os seus familiares. Por sua vez, o conteúdo dessas questões irá permitir que toda a família reflita acerca das recomendações que lá estão presentes, no todo ou em parte, contribuindo para possíveis mudanças de hábitos.

Por conta da limitação de espaço é possível apenas apresentar o texto que foi objeto das três primeiras tiras que foram distribuídas aos alunos para reflexões e discussões, as posições iniciais pessoais de alguns alunos, bem como as respectivas orientações e considerações que foram feitas pelo professor ao final das discussões, nomeadas no texto a seguir como "*considerações pós-discussão*", apresentando a maneira de como o trabalho foi desenvolvido.

Todo o encaminhamento que foi feito em sala de aula acerca das questões teve o propósito de promover e favorecer efetivas reflexões e discussões com vistas à apropriação das recomendações e orientações pelos alunos, e consolidar valores de cidadania constantes em um projeto de Educação Financeira. Esses, por sua vez, visam tanto o crescimento pessoal dos alunos quanto de suas famílias.

Assim, a proposta caracterizou-se pela necessidade de o aluno interpretar os enunciados das questões que foram escritas em cada tira; estruturar seu pensamento em relação ao que ocorre na sociedade e em sua família, no tocante aos conteúdos em questão, e nas reflexões acerca de possíveis saídas para o encaminhamento de soluções para alguns problemas que foram levantados. Ainda: tal proposta de atividade também dá a oportunidade de o aluno se ver em condições de propor/sugerir possíveis saídas/soluções para tais problemas, os quais também podem ser seus, ou seja, serem similares aos que possivelmente ocorrem em sua família.

A partir de então, é possível que o aluno não deixe de se questionar acerca do teor das questões que foram colocadas para as discussões e de verificar e avaliar a viabilidade de implementá-las com os membros da sua família, no todo ou em parte. Consoante o fato de cada

uma delas estar ou não adequada/correta em relação aos valores/crenças que os membros de sua família creditam para si, bem como no tocante à efetividade de ser possível colocá-las em prática.

Para tal, será preciso que após as reflexões e discussões coletivas com os colegas de turma e a mediação do professor, cada aluno desenvolva habilidades que o permitam validar as ações e os resultados junto com seus familiares, faça testes acerca dos efeitos de possíveis mudanças de hábitos e também comparar os diferentes caminhos que podem/poderiam ser trilhados. Eis os enunciados das questões, considerações iniciais dos alunos e as “*considerações pós-discussão*”:

1. Quando possível repense, antes de efetuar novas compras, se aquilo que quer comprar é de fato necessário para a família e se essa despesa não vai comprometer o orçamento familiar, principalmente quando este já estiver bastante comprometido. Assim, antes de comprar, faça a si mesmo a seguinte pergunta: eu realmente preciso comprar este produto/pagar por este serviço? Por impulso muitas vezes as pessoas compram produtos que nunca vão ser usados ou os deixam guardados por muito tempo, sem uso. Assim, antes de comprar é preciso refletir acerca da necessidade ou não de adquirir aquele produto.

Eis as considerações iniciais de três alunos:

“Esta questão proporciona uma crítica pessoal. Inconscientemente muitos são convencidos, pela mídia, a comprar determinados produtos os quais não são efetivamente necessários. Esta questão proporciona um confronto do desejo de consumir x realidade financeira, e consequentemente um consumo responsável” (A3); “Sempre penso desta forma. Muitas das vezes consigo evitar uma compra desnecessária, mas geralmente quando sofro influências de terceiros não consigo resistir” (A7); “Qualquer pessoa ou família, governo, deveria repensar antes de qualquer compra. Verificar a sua utilidade e a frequência de uso, evitar o desperdício de dinheiro que poderia ser utilizado (aplicado) em outro local e seria melhor aplicado. E não somente com os gastos futuros, mas também rever os gastos/compras atuais, se está sendo utilizado de forma correta e necessária” (A9).

Considerações pós-discussão:

Por vezes é preciso que as famílias façam “*pactos*” radicais de mudanças de hábitos. Por mais que se saiba de antemão que essa decisão implica na redução de gastos por parte de todos os membros da família a repercussão de tais atos sempre refletirá algum tipo de impacto, maior ou menor. É fato que sempre haverá impactos.

Por sua vez, esse pacto corre o risco de possivelmente desgastar as relações no grupo familiar por conta das posições pessoais de cada membro da família. Mas, para que esse impacto seja amenizado (se é que isso possa ser possível) e absorvido por todos os membros da família, todos devem se empenhar em cumprir o que foi pactuado.

Nas situações colocadas para reflexão e discussão, e com o propósito de melhorar a situação econômico-financeira familiar, é necessário estabelecer um pacto familiar com o qual todos os membros discutiriam acerca de possíveis ações que viabilizem a utilização racional dos recursos financeiros, de maneira a sanear as dívidas.

É preciso que cada membro em cada família volte o olhar unicamente para dentro de si mesmo e de todos os familiares com o propósito de unir forças em busca de soluções apropriadas para os seus próprios problemas financeiros, de modo que possíveis soluções sejam negociadas e acordadas por todos, como de fato é preciso que seja feito.

Portanto, a família pode aproveitar esses momentos financeiros difíceis para deixar de ter o olhar voltado unicamente para fora, para os vizinhos, e voltar-se para dentro de si mesma e para os seus próprios problemas e os de cada um de seus membros.

As decisões familiares podem ser difíceis de ser postas em ação, mas são fundamentais para buscar soluções conjuntas, uma vez que todos precisam se conscientizar da situação difícil em que se encontram. Cada membro da família precisa, também, estar determinado na busca de soluções capazes de superar o momento difícil, pois será preciso que todos o enfrentem com confiança e determinação.

Dependendo do grau de endividamento familiar, restrições devem ser adotadas de forma radical e racional, de modo que as dívidas pessoais e familiares possam ser salgadas. Talvez uma das primeiras decisões a tomar seja, sem dúvida, a de que será preciso que todos deixem de ter dívidas pessoais. É preciso eliminar as dívidas pessoais e as dívidas de todos da família (por exemplo, dívidas de contas de água, luz, aluguel e outras). Será preciso que todos os membros da família procurem alternativas viáveis para diminuir o endividamento familiar renegociando suas dívidas pessoais.

Assim, cada um que tenha cartão de crédito deve usá-lo de modo consciente. Se for preciso, cancele o seu uso e faça um empréstimo pessoal (certamente com juros menores que os cobrados pela administradora do cartão de crédito) e quite as dívidas, como um todo, não se esquecendo de exigir descontos sobre o total da dívida quitada.

Para tal, e se preciso for, tomar a decisão de eliminar patrimônio adquirido, como, por exemplo, vender o automóvel – uma vez que essa decisão elimina os gastos diretos de manutenção do veículo e os gastos indiretos, como o pagamento de taxas. Em uma situação na qual seja possível e viável tomar a decisão de vender um imóvel da família – quitado e que esteja alugado ou vazio –, avaliar essa possibilidade de modo que o valor adquirido com a venda possa cobrir as despesas decorrentes de dívidas e, se possível, zerá-las. E o valor que eventualmente sobre da venda do imóvel, deve ser avaliada a melhor maneira de investir.

Em uma situação mais radical ainda, e se necessário for, tomar a decisão de vender o próprio imóvel (desde que quitado) em que mora a família e todos se mudarem para um imóvel menor, comprado ou alugado. Se o imóvel for financiado, renegociar com o agente credor em relação ao valor das prestações mensais, aumentando o prazo de financiamento com o propósito de diminuir o valor da prestação.

Essas decisões, embora possam parecer exageradas, por vezes tornam-se soluções viáveis, uma vez que diminuir o patrimônio estático é melhor do que ver a dívida familiar ir

aumentando de maneira galopante e todos ficarem inertes diante de tal situação e nada fazerem para resolver o problema.

2. Verificar de que maneira é possível diminuir as contas de água e de luz, evitando o desperdício. Ao sair de um cômodo para outro, procure desligar as lâmpadas; ao escovar os dentes ou lavar a louça, não deixe a água escorrendo. Ao limpar áreas e calçadas, varra todo o lixo e, só então, e se necessário, jogue a quantidade de água necessária, evitando “*varrer a área com a mangueira de água*”. Quando possível troque as lâmpadas incandescentes por lâmpadas eletrônicas, pois apesar de ser um pouco mais caro, a durabilidade delas é maior e, no resultado final, proporciona economia à família. Apesar de ter um consumo instantâneo pequeno, as lâmpadas de alerta da televisão e do vídeo, por exemplo, quando deixadas ligadas por todos os dias do mês, representam gastos de energia e de dinheiro ao fim do mês.

Eis as considerações iniciais de três alunos:

“Além da economia temos que perceber a escassez dos recursos hídricos, e o governo deveria incentivar, com descontos maiores, famílias que economizam. Financiar mais projetos que ajudam na economia desses recursos” (A11); “Concordo que devemos evitar estes gastos desnecessário apesar de não praticar com afinco essas práticas” (A13); “Estabelecer regras dentro do ambiente familiar, como por exemplo, passar a maior quantidade possível de roupa de uma só vez, apagar sempre as luzes, etc. São necessárias para o controle de gastos domésticos” (A3).

Considerações pós-discussão:

É na crise que o cidadão consciente deve dar-se ao luxo de pagar barato, de pagar pouco por um produto ou um serviço. Deve gastar bem menos que o habitual, mesmo em relação aos produtos/serviços que precisa muito consumir. E não deve gastar a mais – principalmente no que refere ao que não precisa de fato. É preciso não apenas cortar gastos derivados de excessos mas, também, cortar gastos supérfluos, deixar de acumular produtos que não vai usar de imediato, deixar de fazer compras por impulso e deixar de manter certas manias que demandam gastos desnecessários.

Ou seja, é preciso combater o excesso de consumo em geral e diminuir o consumismo exagerado. É preciso ter cuidado com os vilões de consumo de energia e os gastos com eles: ferro de passar roupas, chuveiro elétrico, micro-ondas, geladeira e máquina de lavar.

Por vezes todos esses excessos são perceptíveis por muitos, mas são difíceis de ser combatidos, eliminados. Portanto, é preciso certa coragem para fazer as mudanças que são necessárias e importantes.

Pergunte a si mesmo: Reduzir parte do lazer é difícil? Por que não procurar promoções, liquidações? É difícil gastar apenas o que é necessário, essencial? Por que a necessidade de fazer novo empréstimo? Por que comprar a prazo? A compra é necessária? É possível ganhos extras

com o meu trabalho ou um outro temporário até que as coisas melhorem? Por que tenho de consumir apenas o produto da marca A quando há a opção de experimentar o da marca B?

Não se pode esquecer de que em épocas de crise, quando a inflação e a recessão estão em alta, há muitos que se aproveitam dela para tirar algum proveito.

Podemos apontar 2 (dois) tipos de crise, e que afetam diretamente grande parcela da população:

- a. **A crise econômica** – falta de confiança e de credibilidade de investidores, empresas e povo em geral quanto a viver com tranquilidade, em paz, com poder de compra para todas as classes sociais conforme sejam adequados/possíveis os rendimentos pessoais e familiares;
- b. **A crise política** – presença de incertezas quanto às decisões governamentais que atingem diretamente toda a população – derivadas de impasses e confrontos institucionais entre os 3 (três) Poderes da República e os desmandos derivados de políticas sociais, econômicas e conjunturais não adequadas, ou incorretas.

O que mais preocupa a população é que essas crises podem não ser passageiras, de curto prazo, mas se arrastarem por anos. Daí decorre as incertezas de toda a população e das instituições – desencadeando um enorme empobrecimento das empresas e das famílias em geral, por muitos anos, até décadas de dúvidas, décadas perdidas, gerações sem quaisquer perspectivas quanto ao emprego, moradia, qualidade de vida, saúde e educação.

Mas, é preciso que o povo tenha consciência de que crise é oportunidade. Mas, enquanto a oportunidade não aparece, crise também é reciclagem, reavaliação, reflexão e tomada de decisões – bastante difíceis de serem tomadas, com toda a certeza.

3. Reúna toda a família, inclusive os filhos, e informe-os acerca das dificuldades de fechar as contas a cada mês, pedindo que cada um faça a sua parte, e que todos se sintam responsáveis pela saúde financeira da família, estabelecendo um orçamento familiar participativo.

Eis as considerações iniciais de três alunos:

“Acredito que algumas famílias fazem isso mesmo que indiretamente, porém esse tipo de reunião é importante para que todos tenham metas a serem cumpridas” (A11); “Concordo que devemos evitar estes gastos desnecessário apesar de não praticar com afincos essas práticas” (A13); “Estabelecer regras dentro do ambiente familiar, como por exemplo, passar a maior quantidade possível de roupa de uma só vez, apagar sempre as luzes, etc. São necessárias para o controle de gastos domésticos” (A3).

Considerações pós-discussão:

Nos momentos de crise deve-se aproveitar para fazer uma revisão de vida e utilizar esses períodos para promover uma completa reaprendizagem de valores, conceitos e de mudanças de hábitos, com o propósito de garantir sua própria sobrevivência econômico-financeira e a de seus familiares.

Mas, mudar hábitos não é uma questão simples, pois para que ocorram tais mudanças, por certo algum impacto na vida da pessoa ocorrerá, por menor ou maior que ele seja. Fato é que novos hábitos exigem novas posturas não só pessoais como familiares.

Antes de tudo e de modo a começar a refletir acerca das dificuldades de cumprir compromissos financeiros assumidos é preciso que cada cidadão nesta situação aceite que tem dificuldades em relação ao fechamento do orçamento familiar. E que é preciso adotar uma radical mudança de hábitos por meio de ações objetivas – tanto pessoais quanto familiares.

De início, recomenda-se que o cidadão faça o registro dos seus gastos em uma planilha (como a apresentada a seguir) e adote alguns importantes e necessários procedimentos, tais como: cortar todos os gastos que considere como supérfluos; não contrair despesas inadequadas para os difíceis momentos que sua família está passando; renegociar com os credores todas as dívidas que a família não consegue pagar ou que impactam em cheio o orçamento familiar, provocando o adiamento do pagamento de outras despesas; todas as vezes que um membro da família pensar em fazer um novo empréstimo ou comprar a prazo, é preciso repensar acerca dos valores das taxas de juros cobradas pelos credores e compará-las às taxas de possíveis investimentos que a família poderia fazer se pudesse poupar, e então, se for preciso, deve adiar a compra/empréstimo para mais adiante; quando possível, renegociar com os tomadores de empréstimos com o propósito de alterar o tipo de empréstimo, valores e/ou prazos, por conta dessa nova realidade econômica pela qual a família passa.

Por fim, os membros da família devem considerar todos os aspectos/implicações relacionados com a tomada dessas decisões, esforçando-se para fazê-las cumprir a contento.

A Tabela 1 contém apenas alguns gastos usuais de grande parcela das famílias. Para cada família, em particular, outras despesas devem ser registradas e possivelmente alguma(s) despesa(s) pode(m) ser retirada(s). Portanto, são questões e decisões pessoais, próprias de cada família. O mais importante é não deixar de considerar o fato de que é preciso fazer um orçamento e registrá-lo em uma planilha/tabela (ou outro registro), para o controle de toda a família.

Tabela 1 – Gastos fixos e variáveis de uma família.

Despesas fixas	Valor (R\$)	Despesas variáveis	Valor (R\$)
Aluguel ou prestação da casa própria		Taxas municipais/estaduais	
Água		Cursos	
Luz		Livros	
Gás		Shows, teatro	
Condomínio		Vestuário	
Telefone fixo		Shopping	
Telefone móvel A		Lazer	
Telefone móvel B		Academia	
Mensalidade(s) escolar(es)		Cinema	
Transporte		Gasolina	
Transporte escolar		Manutenção ou consertos	
Alimentação			
Plano de saúde			
Remédios			
Internet			
TV a cabo			
Cartão de crédito A			
Cartão de crédito B			

Fonte: o autor.

4. Ter um investimento (Caderneta de Poupança ou uma aplicação em um Fundo de Investimentos) para aplicar o pouco que sobra do orçamento pessoal ou familiar é uma das formas de não entrar no vermelho. Aplicar o dinheiro e ter um retorno financeiro gera uma multiplicação do que foi investido. Quando muito, e na pior das hipóteses, o que se espera é que o valor que foi investido seja suficiente para manter o poder de compra do investidor, meses ou anos depois, pois em caso contrário haverá perdas, possivelmente não apenas as perdas decorrentes da inflação do período, mas perdas de outra natureza como, por exemplo, os valores derivados das taxas que foram pagas ao longo da aplicação, tais como as de administração ou de manutenção da conta.

Eis a consideração inicial do aluno (A7):

“Não sei as taxas dos juros, mas tenho a noção que os juros no Brasil são extremamente altos em comparado a muitos países e que o dinheiro perde seu valor muitas vezes pelas taxas não acompanharem a inflação, ou seja, seu dinheiro renderia muitas vezes, renderia mais com você em vez de aplicado em um FGTS ou na poupança” (A7).

Considerações pós-discussão:

Guardar dinheiro é necessário, principalmente para resolver ou minimizar situações embaraçosas que ocorrem na vida de cada um. Porém, “*apertar o cinto*” e apenas sobreviver para guardar, guardar e guardar, não parece bom o suficiente para uma vida saudável. É como uma pessoa que faz dieta e não pode comer nada. São tantas as restrições alimentares que essa pessoa, muito rapidamente, poderá vir a enfrentar outros problemas de saúde que podem culminar com a

pressão de ela voltar a comer alimentos que não pode e, o pior, possivelmente comê-los de maneira exagerada. O mesmo vale em relação a uma reeducação financeira.

A sabedoria está em conhecer todos os canais possíveis para lidar melhor com o dinheiro, ter cautela e tomar as melhores decisões para evitar o endividamento. E não apenas poupar, poupar, poupar e não saber investir o tanto que é poupado. Lembre-se de que ao gastar de maneira consciente se está contribuindo para gerar empregos.

Portanto, e antes de tudo, é preciso gastar com sabedoria, não deixando de gastar também e quando necessário, e não fazer gastos desenfreados.

Há inúmeras maneiras de fazer essas coisas, e não há fórmulas mágicas para melhor fazê-las. Tudo se passa, necessariamente, por uma importante e principal questão: as decisões que se toma em relação ao dinheiro estão associadas ao perfil de cada um, seus valores, sua identidade, seu berço familiar, suas aspirações pessoais. Tudo o mais que se pode sugerir aqui são alternativas para poupar, aplicar e para você não “*deixar-se entrar no vermelho*”.

Quando for o caso de entrar em um terreno financeiro muito árduo, o melhor a fazer é ouvir especialistas financeiros e, depois, deixar-se tomar por suas próprias concepções e crenças em relação ao uso consciente do dinheiro e tomar as decisões que precisam ser tomadas. Ou ainda, talvez, permitir-se entender, nas entrelinhas, de que é preciso mudar os seus hábitos financeiros e, a partir daí, tomar as decisões que considere adequadas.

Alguns especialistas, como Zaremba (1997), recomendam aplicar dinheiro em mais do que um investimento. Eis algumas sugestões: *Caderneta de Poupança* – é considerada um investimento mais tradicional e conservador, de baixo risco e não costuma dar ganhos reais compensatórios, mas é um investimento de liquidez imediata e, portanto, serve para atender os momentos emergenciais. Possui proteção do FGC – Fundo Garantidor de Crédito; *Fundo de Investimento* – normalmente tem rendimentos líquidos acima da inflação, mesmo considerando taxas, IOF e Imposto de Renda, que habitualmente são pagos sobre os rendimentos, mas o dinheiro investido fica indisponível enquanto durar o período acordado para o investimento; *Fundo de Ações* – a aquisição de ações é indicada para planejamentos de longo prazo (acima de cinco anos), pensando em dar estabilidade financeira até para herdeiros. É recomendável apenas para quem conhece muito bem o mercado, pois se trata de um investimento de alto risco. A orientação de especialistas para esse investimento é o de procurar uma operadora, avaliar as condições oferecidas, e apenas entrar em um grupo/carteira de ações após certificar-se de que este é um bom caminho, comprando ações de empresas consistentes, no mercado; *CDB – Certificado de Depósito Bancário*, é indicado para quem quer investir a médio e longo prazo, sendo considerado um investimento conservador. Tem tributação de imposto de renda apenas no momento de resgate ou no vencimento da aplicação e o rendimento é conhecido antecipadamente e diário. Possui a proteção do FGC; *LCI – Letras de Crédito Imobiliário ou LCA – Letras de Crédito do Agronegócio*, são investimentos conservadores, isentos de imposto de renda, de curto período (até dois anos) ou médio prazo (de dois a cinco anos).

Com aportes a partir de R\$ 1.000,00, mas em alguns casos pode ter um prazo mínimo para resgate, de acordo com o contrato – de 36 a 60 meses; *Previdência Privada*, é uma opção de investimento de longo prazo; *Título Público do Tesouro SELIC*, também conhecido como Tesouro Direto, são investimentos conservadores, de curto período (até dois anos), que requerem pouco valor para investir; *Fundos Multimercados* – referem-se a contribuições em carteiras de investimentos com gerenciamento de terceiros. Possuem certo grau de risco; são investimentos de médio prazo (de dois a cinco anos); *Comprar moeda estrangeira* – tal qual o mercado de ações, é um investimento de risco, com flutuações sobre os ganhos/perdas e o fato de ter de transportar volumes de valores, em diferentes moedas, todas as vezes que é preciso comprar/vender junto às Casas de Câmbio. Para resgate a médio prazo, de dois a cinco anos, vale diversificar os investimentos para aproveitar as melhores taxas de retorno (ZAREMBA, 1997).

Assim, o melhor a fazer deve ser o de avaliar com cautela a melhor maneira de poupar o seu dinheiro e aplicar o quanto for possível poupar, não se esquecendo de avaliar o melhor investimento a ser feito – levando em conta o seu perfil de poupador e de aplicador.

5. Se você não tem uma reserva financeira razoável, por vezes o melhor é não fazer viagens de lazer. Isso porque, em muitos casos, o melhor a fazer para obter valores mais em conta nas tarifas das passagens, nos preços com hospedagem e em gastos como alimentação é fazer essa programação com pelo menos seis ou mais meses antes da data que se pretende embarcar, depois de fazer pesquisas de preços.

Eis a consideração inicial do aluno identificado como A5: *“Para pessoas com pouco ensino é mais fácil guardar o dinheiro em uma poupança ou similar do que reinvestir e movimentar o dinheiro visando mais lucro”*.

Considerações pós-discussão:

Essa sugestão não é regra geral, pois pode ocorrer que para aumentar o número de assentos no voo em que você vai viajar, a companhia aérea tome a decisão de diminuir os preços das passagens em promoções feitas dias antes da viagem. O mesmo pode ocorrer em relação aos preços das hospedagens. Mas, essas situações podem, também, não ocorrer e você pode pagar pelo preço das passagens e da hospedagem por valores maiores, se resolver comprar as passagens dias antes daquele em que pretende viajar.

Além disso – considerando que as compras da passagem e da hospedagem tenham sido parceladas –, após o retorno da viagem você terá de pagá-las, agora acrescidas das despesas feitas durante a viagem.

E, como dito, se você não tem uma reserva razoável, estará, após a viagem, contraindo um volume de despesas que podem comprometer tanto o orçamento pessoal quanto o familiar. Longe

de desmotivar o leitor a aproveitar a vida, é sempre bom lembrar que viajar é muito bom, mas é preciso calcular o quanto as despesas vão impactar os orçamentos pessoal e familiar.

6. O sonho da família de compra da casa própria ou de compra de um carro, devido ao alto valor que será investido, precisa ser planejado e feito com cautela. É preciso estabelecer prioridades. Pense naquilo que trará mais estabilidade financeira para você e para toda a família, não comprando por impulso, ou melhor, programando-se para cumprir com os compromissos relativos a esses novos gastos.

Eis a consideração inicial do aluno identificado como A2: “*Sim, concordo plenamente*”.

Considerações pós-discussão:

Especialistas recomendam que as despesas com os pagamentos de prestações para a compra da casa própria e/ou de veículos não devem ultrapassar 30% do valor líquido de salários e rendimentos da família, de modo a não sacrificar a saúde financeira familiar. É preciso lembrar que, no caso da compra de um veículo, as despesas familiares aumentam consideravelmente com o impacto das despesas de manutenção, combustível e taxas. Por outro lado, em muitas famílias o sonho de ter um carro ou a compra da casa própria só é possível por meio de um financiamento.

Os financiamentos para as compras desses bens são longos e em alguns deles já estão embutidos os valores relativos à taxa de juro e de abertura de crédito nos preços das prestações.

Mas, é preciso estar atento às taxas de abertura de crédito, pagamento de parcelas intermediárias e outras taxas que as construtoras e bancos costumam cobrar por fora do pagamento regular das prestações mensais. Portanto, é sempre necessária uma atenta leitura aos termos do contrato de financiamentos.

7. É muito perigoso o uso de cartão de crédito para financiar compras pelo cidadão que não tem um efetivo controle sobre seus gastos e, por vezes, compromete todo o orçamento familiar. Ademais, os valores dos juros cobrados pelas Administradoras de Cartões são muito altos quando comparados aos juros obtidos em depósitos na Caderneta de Poupança ou os obtidos por aplicações em Fundos de Investimentos de Renda Fixa, por exemplo.

Eis a consideração inicial do aluno identificado como A1: “*Sim isso é claro, pois você pode acabar botando em risco todo o seu patrocínio*”.

Considerações pós-discussões:

Quando os valores das compras feitas com o(s) cartão(ões) de crédito forem somados, após cada membro da família ter feito as “*diversas comprinhas*” no mês anterior ou no próprio mês, e forem calculados os valores de todas as parcelas a pagar nos meses subsequentes, o valor mensal total a ser pago nas datas de vencimentos das faturas dos cartões pode representar um valor total

muito acima que o valor esperado pela família, para aqueles meses. Mas, aí, já é tarde, pois a fatura tem que ser paga na data do vencimento ou, se for paga após a data de vencimento, ao valor original soma-se o pagamento referente à multa e o valor referente aos juros – habitualmente de valores muito altos.

Assim, não é recomendável que todos os membros da família esqueçam-se de que as diversas compras feitas ao longo do mês vão precisar ser pagas na data do vencimento da(s) fatura(s) do(s) cartão(ões).

As diversas compras feitas em um mês, quando somadas todas as parcelas nos meses subsequentes, podem representar um valor total maior ao final de cada mês, que aquele valor esperado pela família quando as diversas “*comprinhas*” foram feitas.

Fica o alerta: muitas parcelas de valores pequenos, quando somadas, representam, por vezes, um valor alto para o orçamento familiar. Para que tal não ocorra, é preciso que uma planilha de custos aponte as datas dos pagamentos das faturas dos cartões de toda a família, e o limite a ser gasto por cada um ou o somatório das despesas de todos.

Portanto, e mais uma vez, fica o alerta: por vezes várias parcelas de valores pequenos, oriundas de compras feitas com diferentes cartões ou com um só, quando somadas, representam um valor alto para o orçamento familiar, mas a conta deverá ser paga, na data do vencimento ou após essa data. Assim, uma vez que se constate que as despesas estão saindo do controle familiar, o melhor a fazer é “*cortar o mal pela raiz*”.

8. Comprar à vista é sempre uma boa opção, pois além de evitar dívidas futuras o cidadão tem a exata noção do custo da mercadoria ou do serviço pelo qual está pagando naquele momento, valorizando cada vez mais o seu dinheiro. Por vezes as despesas feitas por meio de cartão de crédito ou de carnês de lojas (mesmo que não pague juros por esse parcelamento) podem dar ao consumidor a sensação de que “*sobrou dinheiro*” ou de que “*tem mais dinheiro para gastar do que de fato tem*”.

Eis a consideração inicial do aluno identificado como A14: “*Depois dos juros, o preço do produto pode ultrapassar muito um valor coerente e justo, desenvolvendo um gasto e até mesmo uma dívida insustentável, por esse motivo, o pagamento a vista é mais rentável, mas nem sempre possível*”.

Considerações pós-discussões:

Para estas situações as discussões serão repartidas em 2 (dois) aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que o uso do cartão de crédito não é uma coisa ruim, ou seja, a culpa pelas compras impulsivas não é o fato de ter um cartão em mãos, mas o uso que o portador faz dele. Não se trata de rotular a pessoa que usa o cartão de débito ou crédito como alguém demonizada, e rejeitar suas ações nesse sentido. O uso indiscriminado do cartão não é algo ruim, pois o mesmo poderia ocorrer

se a pessoa dispusesse de dinheiro em mãos. A questão é saber ser controlado, esteja você com um cartão ou com dinheiro em mãos. Mais que nunca, o uso do cartão exige do portador fazer os registros imediatos dos gastos em uma planilha pessoal ou familiar, como despesa futura que precisa ser paga.

O segundo aspecto refere-se ao fato de avaliar a seguinte questão: se o lojista aceita receber pagamentos com o cartão de crédito, ou pagamentos parcelados em duas, três ou mais prestações, você não acha razoável que o preço total cobrado seja maior que o preço que poderia ser pago se a compra fosse feita à vista?

Um lojista paga à “*Administradora de Cartões de Crédito*”, uma taxa mensal fixa correspondente ao uso da “*maquininha do cartão*” pelos serviços que são prestados, a saber: manutenção da máquina, o custo com o papel que é utilizado e, para cada venda feita com o uso do cartão o lojista paga um percentual sobre o valor total da venda, variável conforme a forma de pagamento pelo cliente: débito, crédito (em trinta dias), parcelado de 1 a 3 vezes, parcelado de 4 a 6 vezes, parcelado de 7 a 10 vezes, etc. Você não acha razoável que o lojista repasse para o preço final de seus produtos ou serviços os custos que ele paga à “*Administradora de Cartões*”?

No caso de parcelamentos feitos diretamente pelo lojista, em muitos casos esse parcelamento é feito por uma empresa do ramo e esta, por sua vez, cobra pelos serviços prestados, como a aprovação do crédito e pelos juros de mercado em relação ao montante que é financiado. Possivelmente o valor da taxa de juros cobrados, nestes casos, é menor que aquela que é cobrada pelas “*Administradoras de Cartões*”. Portanto, tendo o dinheiro suficiente para pagar à vista, em dinheiro, pelo preço total de um produto ou serviço, exija do lojista, com respeito, que este lhe dê desconto em razão da forma de pagamento que está fazendo. Ao menos um desconto de 2% sobre o valor total, que é um valor de taxa média padrão cobrada pelas “*Administradoras de Cartão*” aos lojistas por conta de pagamentos em cartão, na modalidade débito automático.

Se, mesmo assim, com o pagamento sendo feito em dinheiro o lojista continuar irredutível, será preciso uma nova pesquisa, considerando a possibilidade de pagamento em dinheiro e, somente depois disso, decida-se sobre a melhor decisão a tomar.

Para o leitor interessado em conhecer a totalidade das 10 questões que foram objeto da experiência didática, eis as duas últimas:

9. Não se utilize do cheque especial como uma renda extra para a família, pois essa é uma das maneiras que os bancos usam para fazer empréstimos aos correntistas cobrando juros mais altos que aqueles cobrados por outros serviços, em função da comodidade que eles oferecem aos clientes. Por vezes, os juros cobrados pelos cartões de crédito são maiores que os cobrados pelo cheque especial. Por sua vez, estes são muito maiores que os cobrados por empréstimos pessoais.
10. A taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, que é fixada pelo Banco Central do Brasil, é assim chamada porque serve de referência (ou base) para vários tipos

de contratos: empréstimos, créditos, financiamentos, carnês, e para o reajuste mensal dos valores de pagamentos de dívidas junto à Receita Federal derivados de possíveis erros cometidos quando da entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda e nos pagamentos das cotas em atraso do imposto de renda a pagar, por exemplo. Nos dias de hoje, a taxa SELIC está em 14,25% ao ano, bem acima da inflação oficial divulgada pelo governo, em torno de 10,5% ao ano (INPC: 9,5%, acumulada em um ano). A tradicional Caderneta de Poupança rende um pouco mais de 8,5% ao ano (o valor está por volta de 0,7% ao mês). Para o pagamento de juros, devidos por atraso no pagamento de um carnê, por um mês, que utiliza a taxa SELIC como referência, qual é o valor da taxa a ser cobrado? Esse valor da taxa mensal é alto? Qual é o valor da taxa de juros cobrados no cheque especial? Qual é o valor da taxa de juros cobrado pelo rotativo dos cartões de crédito?

6. Resultados

Por todas as razões que foram apontadas ao longo do texto, não houve uma avaliação quantitativa formal, mas uma avaliação qualitativa acerca da importância de desenvolver trabalhos tal como este na escola. Ainda, a oportunidade de os alunos discutirem de maneira crítica acerca das questões provocativas, objeto dos textos de cada uma das tiras, e de elaborarem textos próprios, que sintetizam os resultados das discussões e a visão que cada aluno teve acerca da experiência.

As considerações pós-discussão contêm reflexões, conceitos e orientações apresentados pelo professor à luz das discussões travadas pelos alunos e a sua mediação. Assim, elas se configuraram em elementos de aprofundamento acerca das questões presentes nas tiras, permitindo que uma parcela de alunos refletisse pela primeira vez acerca da temática e, por conta dos depoimentos de cada um que se manifestou, considerassem ou não a importância de promover discussões tal como a que foi feita, para a formação de conceitos de cidadania pertinentes às questões de educação financeira.

Quando perguntados acerca de qual foi a sua reação em relação aos conteúdos presentes nas questões postas para reflexão, o aluno identificado como A13 assim se manifestou: *“Sinto que faltou um pouco de simplicidade nas perguntas, mas em geral já esperava no tema essas questões”*. Quando perguntados acerca de como se sentiu em relação à necessidade de refletir para poder responder às 10 (dez) questões, o aluno identificado como A10 assim se manifestou: *“São coisas das quais convívio e já vi diversas coisas, uma coisa que irei precisar para o meu futuro, por isso achei as perguntas interessantes”*. Quando perguntados acerca de quais impactos essas questões podem/poderiam refletir em sua vida pessoal e de estudante, o aluno identificado como A13 assim se manifestou: *“Na minha vida não muda muita coisa pois acho que já tenho mais experiência em geral do que a maioria dos jovens, mas para os outros pode auxiliar no desenvolvimento dos pensamentos”*.

As três respostas acima mostram a seriedade que alguns alunos tiveram quando refletiram e responderam às questões, de início, e a experiência que eles têm em relação a problemas financeiros familiares. Mas, quatro dos dezoito alunos não responderam a essas três perguntas. O engajamento dos alunos durante as discussões nos grupos, e na turma como um todo, não foi de concordância total em relação às questões colocadas, o que evidenciou, em alguns momentos, razoável desinteresse de alguns alunos. Alguns se pronunciaram quanto a essa constatação, afirmando que não era comum que discutissem em aulas de matemática e respondessem a questionário, mas que se acostumaram a fazer exercícios.

Todas essas questões foram possíveis de serem discutidas em sala de aula por conta de o autor considerar que a escola não deve valer apenas pelos conteúdos disciplinares programáticos que se aprende nas salas de aula, mas por todas as experiências vivenciadas nela e por meio dela; por todas as oportunidades que a escola propicia aos seus alunos para conhecer e apropriar-se de conhecimentos para o enfrentamento de situações da vida, em ambientes e momentos outros. E, mais ainda: pela oportunidade que a escola oferece aos alunos para construírem valores de cidadania e os transferirem para os amigos e os membros de suas famílias.

7. Considerações finais

A escola configura-se como um espaço democrático adequado para a construção de valores de cidadania com os alunos, não apenas com respeito à sua pluralidade e à diversidade de seus membros, mas pela forma como ela proporciona a cada um poderem trazer todo o conhecimento do mundo para dentro de si.

Grandes desafios são enfrentados por professores educadores matemáticos, principalmente os concernentes ao fato de que a apropriação, a compreensão e o domínio de um dado conceito não se dão unicamente com a apresentação de um tipo de situação (não emerge daí, somente) e que uma dada situação pode envolver e apresentar mais do que um só conceito. Mas, igualmente, a situação precisa ser analisada e compreendida de modo que a resolução seja encaminhada de maneira adequada.

Assim, um único conceito fechado em si e uma única situação, não são suficientes para dar conta da aquisição de um dado conhecimento de forma plena e consistente, capaz de proporcionar segurança de seu uso em diferentes contextos, matemáticos ou não. É preciso provocar novos desafios por meio da proposição de novos problemas e a proposição de discussões coletivas, com o objetivo de verificar se o estudante se apropriou corretamente dos conceitos que foram desenvolvidos.

As questões de Educação Financeira presentes nos textos das tiras de papel; as considerações e as observações objeto das reflexões pessoais e coletivas; as discussões entre os alunos e a metodologia utilizada passam a fazer parte de um material pedagógico amplo, efetivo e motivador para o ensino de noções básicas da temática na Educação Básica, e em família.

Considera-se que tal material é capaz de despertar a consciência crítica dos alunos e de seus pais e responsáveis acerca do valor do dinheiro, e das dificuldades para gerir o orçamento familiar, bem como no que refere às dificuldades que as famílias têm que enfrentar no dia a dia financeiro, por conta dos recursos financeiros limitados – principalmente nos momentos de crise econômica como os que atualmente todos passam – e as possíveis saídas para resolvê-los.

Longe de considerar que os textos são parte integrante de um material pedagógico pronto e acabado, o conteúdo das questões registradas nas tiras de papel revela um olhar do autor acerca das mazelas pelas quais passa grande parcela do povo – possivelmente decorrentes da pouca ou nenhuma familiaridade com questões pertinentes aos conteúdos da Educação Financeira.

O autor tem conhecimento de outros materiais pedagógicos de Educação Financeira – Calhau (2015), BCB (2013), CEF (2015) – que similarmente versam sobre as questões que foram objeto da experiência deste trabalho, e de outras questões próprias da temática, possivelmente mais técnicas e institucionais – o que as diferem quanto aos propósitos pedagógicos e metodológicos que nortearam a concepção e a elaboração das atividades que foram desenvolvidas.

Todos os materiais relacionados à temática educação financeira dos quais o autor tem conhecimento possivelmente têm em comum o fato de que por detrás das orientações e das sugestões presentes, há resquícios de olhares pessoais de cada um de seus autores – tanto por conta das experiências que vivenciaram, quanto pelas atividades de trabalho e/ou de ensino que desenvolvem no dia a dia.

Porém, e não parece exagero afirmar, é possível acreditar que todos os trabalhos têm preocupações comuns: oportunizar que cidadãos e suas famílias reflitam acerca das dificuldades financeiras pela qual passam. Ademais, o conhecimento acerca de tudo o que está ao alcance de cada um para fazer o melhor que puderem com o propósito de enfrentá-las, e de conhecer e trilhar possíveis saídas – possivelmente em melhores condições financeiras que aquelas que tinham antes da fase de endividamento.

Se essas não forem as principais intenções pode-se creditar a existência de tais materiais ao caráter especulativo e/ou enganador – infelizmente ainda presente em nossa sociedade capitalista – com o propósito de explorar pessoas que ainda não têm suficientes informações e conhecimentos de Educação Financeira. Por sua vez, este quantitativo ainda é muito numeroso. Cabe, pois, à escola o importante papel de fazer a sua parte no sentido de reverter esse quadro.

Assim, todo o material desenvolvido com esta experiência didática – parte dele objeto de apresentação neste trabalho – pode e deve ser apresentado pelo professor para discussões em sala de aula (considerando o ano e a série dos alunos) e em encontros com professores, pais e responsáveis. Ainda mais: deve fazer parte do *“manual de sobrevivência familiar”* – oportuno que é não apenas em tempos de crise econômica ou dificuldades pessoais e familiares, mas para o cotidiano de todos os cidadãos.

Referências

- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 3 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum (proposta)**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.
- CALHAU, L. B. **7 Lições de Educação Financeira**. 1. ed. 2015. Disponível em: <<http://educacaofinanceiraparatodos.com/>>. Acesso em: 3 out. 2016.
- CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Educação Financeira: Aulas – Diversos temas e muitas dicas. Vai ser muito mais fácil administrar seu dinheiro**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/aulas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 3 out. 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- SCHÖN, D. A. **The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action**. London: Temple Samith, 1983.
- TEIXEIRA, P. J. M. **Um estudo sobre os conhecimentos necessários ao professor de Matemática para a exploração de problemas de contagem no Ensino Fundamental**. 2012. 424 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2012.
- TEIXEIRA, P.J.M. **Problemas Básicos de Matemática Financeira. Pagar à vista ou pagar parcelado? Qual a taxa de juros? Qual a melhor decisão a tomar?** Rio de Janeiro: Livraria Ciência Moderna, 2016.
- ZAREMBA, V. **Cuidando do seu dinheiro: um guia prático para fazer o seu dinheiro crescer e aparecer**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ZEICHNER, K. M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 535-544, maio/ago. 2008.